

PODER / Articulações para propor novo sistema de governo avançam no Congresso, com apoio de ex-presidentes da República e ministros do STF. Deputada próxima a Arthur Lira define modelo como um “desdobramento natural da Constituição”

Frente semipresidencialista

LUIZ CARLOS AZEDO

O presidente da Câmara, Arthur Lira ((PP-AL), discute com aliados a tese de que o presidencialismo no Brasil, na forma como foi concebido, é um fator de crises políticas permanentes, que já resultou em dois impeachments de presidentes da República — de Collor de Mello, que foi afastado pela Câmara e renunciou, e de Dilma Rousseff, que foi cassada pelo Senado — e pode até provocar um terceiro. Com mais de 100 pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro na gaveta, todos fundamentados em diversos crimes de responsabilidade, pressionado pelos partidos de oposição e pela sociedade civil, Lira já conversa com interlocutores do Judiciário e estuda os modelos de semipresidencialismo de Portugal e da França e o parlamentarismo alemão.

“A adoção do regime semipresidencialista é um desdobramento natural da nossa Constituição, que foi elaborada para um regime parlamentarista, mas os constituintes acabaram adotando o presidencialismo”, explica a deputada Margarete Coelho (PP-PI), relatora da Lei 6764/02, que revogou a Lei de Segurança Nacional e acrescentou ao Código Penal vários crimes contra o Estado Democrático de Direito. Segundo Margarete — que participa de discussões sobre o tema com Lira —, os ex-presidentes José Sarney e Michel Temer, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), articulam a adoção do semipresidencialismo. No domingo, Lira citou a mudança no regime de governo, ao refutar, mais uma vez, a abertura de processo de impeachment contra Jair Bolsonaro: “O Brasil não teve de se acostumar a desestabilizar a política em cada eleição. Não podemos fazer isso. Precisamos, talvez, alterar o sistema do Brasil para um parlamentarismo”.

A proposta veio a público na segunda feira da semana passada, quando foi apresentada pelo ministro Luís Roberto Barroso,

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Plenário da Câmara: parlamentares favoráveis à mudança do sistema de governo buscam um modelo brasileiro, que seria distinto de Portugal

» Para saber mais

A vez do primeiro-ministro

No semipresidencialismo, a figura do presidente da República é mantida como nos moldes atuais — escolhido em eleições diretas —, mas introduz no cenário político o primeiro-ministro, que é indicado pelo presidente eleito. No presidencialismo — que é o sistema de governo em vigor no Brasil — o presidente da República acumula a função de chefe de Estado com chefe de governo.

Como chefe de Estado, o presidente representa o país no exterior, comanda as Forças Armadas, define políticas externas etc. Nos regimes semipresidencialistas, compartilha esses poderes com o primeiro-ministro, figura política que é escolhida e fica subordinada ao Congresso Nacional. Apesar de dividir tarefas com o primeiro-ministro, o presidente do sistema semipresidencialista exerce um papel com

mais protagonismo do que no parlamentarismo. Pode apresentar projetos de lei e indicar ocupantes de altos cargos da República.

O primeiro-ministro, no semipresidencialismo, é o chefe de governo. Neste papel, ele pode, por exemplo, escolher os ministros de Estado e criar políticas econômicas. Além disso, o premiê é o responsável pela articulação política com o Legislativo.

so, durante seminário na Câmara. Barroso revelou que defende a mudança no sistema de governo desde 2006, quando publicou, na *Revista de Direito do Estado*, uma proposta de reforma política para o Brasil. No

trabalho, enfatizou que, o semipresidencialismo neutraliza “dois problemas crônicos do presidencialismo no Brasil: a presidência imperial, plenipotenciária e autoritária, de um lado, e a instabilidade política

do Governo, por outro lado, nas hipóteses em que o desgaste político faz erodir seu fundamento de legitimidade”. Sustenta Barroso: “Incrementa-se a responsabilidade política do parlamento, que já não poderá



O regime semipresidencialista neutraliza dois problemas crônicos no Brasil: a presidência imperial, plenipotenciária e autoritária, de um lado, e a instabilidade política do Governo

Luís Roberto Barroso, ministro do STF

se ocupar apenas da crítica, mas deverá participar também da construção do governo”. No seminário, o presidente do TSE defendeu que a proposta seja adotada a partir de 2026, fora de contextos de crise e eleitorais.

Segurança Nacional

Segundo Margarete Coelho, o ministro Gilmar Mendes já encaminhou uma proposta de semipresidencialismo ao presidente da Câmara, muito próxima do modelo português. “Nós temos outros exemplos, mas precisamos construir um modelo ‘brasileiro’, que não seja uma jabuticaba”, argumenta a parlamentar, que é doutora em Direito Constitucional e principal interlocutora de Arthur Lira nessa matéria, pelo fato também de serem do mesmo partido. “A ideia é o presidente da República ser o chefe de Estado e termos um ‘Premier’ (primeiro-ministro), responsável pelo governo, que possa ser substituído pelo Congresso em caso de crise de representatividade”, explica.

Margarete Coelho (PP-PI) acredita que Arthur Lira possa realmente levar adiante a proposta. “Ele conseguiu revogar a Lei de Segurança Nacional (LSN), mantida em todas as legislaturas passadas, apesar de anacrônica. Se aprovar o semipresidencialismo, entrará para a História do Brasil”. A solução encontrada pela parlamentar para a revogação da Lei de Segurança Nacional, no seu substitutivo, foi criar cinco novos capítulos no Código Penal, nos quais foram tipificados dez crimes, entre eles os de interrupção de processo eleitoral, fake news nas eleições e atentado ao direito de manifestação.

Assim, por exemplo, no capítulo dos crimes contra a cidadania, fica proibido impedir, com violência ou ameaça grave o exercício pacífico e livre de manifestação de partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, órgãos de classe ou demais grupos políticos, associativos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos. A pena é de 1 a 4 anos de reclusão, mas aumenta para 2 a 8 anos se da repressão resultar lesão corporal grave. No caso de morte, vai para 4 a 12 anos. A mudança agora depende de aprovação pelo Senado. “Eu e o deputado Paulo Teixeira (PT-SP) já nos reunimos com o senador Rogério Carvalho (PT-SE), relator da proposta no Senado, para negociar mudanças que não impliquem no retorno do projeto de lei, para nova votação na Câmara”, explica.

POLÍTICA EXTERNA

Itamaraty tenta reconstruir pontes após Araújo e Salles

» INGRID SOARES

Após as controversas passagens de Ernesto Araújo e Ricardo Salles no governo Bolsonaro, com danos evidentes à política externa brasileira, o país caminha lentamente na tentativa de reconstruir a imagem na comunidade internacional. Parlamentares e especialistas ouvidos pelo *Correio* consideram positiva a demissão dos ex-ministros, mas avaliam que o novo chanceler, Carlos França, tem muitos passos a avançar na diplomacia.

Primeiro-vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa da Câmara, o deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR) afirma que, aos poucos, o Itamaraty reencontra a tradição e o profissionalismo, seguidamente prejudicados pelo viés ideológico de Araújo. “O atraso foi expurgado. O atual ministro França começa a reconstruir as pontes que haviam sido dinamitadas pelo seu antecessor. O Itamaraty volta a retomar sua tradição, apesar da indiferença do presidente da República”, ressalta o deputado.

Ele relata uma recente reunião com o embaixador da Índia no Brasil, Suresh Reddy, que está otimista com os rumos das relações bilaterais entre os dois países. “Com os Estados Unidos, a relação também parece sensata agora, assim como vejo positiva a

reação da União Europeia e da China”, avalia Bueno.

Com relação ao clima, discute-se a adesão do Brasil ao Programa Internacional de Ação sobre o Clima (IPAC) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “O embaixador José Sarquis, Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do MRE, garantiu que o Brasil quer se tornar membro pleno da OCDE. Esta, segundo ele, é uma prioridade para a nossa política externa. E já mudamos o discurso de ataque contra as outras nações sobre a área ambiental. Aos poucos estamos voltando para a civilidade”, destacou o primeiro-vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Somente em 2022

Mas ainda há reservas em relação aos novos ventos no Itamaraty. O professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Günther Richter Mros, observa que o atual chanceler tem uma trajetória discreta. “Bolsonaro, todavia, tem um perfil mais próximo ao do antigo chanceler. Então não acredito que o trabalho de Carlos França vá muito além do protocolar”, critica.

Günther Mros vê problemas no

Mercosul, por exemplo. Ele lembra que o bloco tem como característica um processo decisório intergovernamental, com pesos iguais. Mas nenhum consenso tem se mostrado possível entre os atuais presidentes do Brasil e da Argentina, na avaliação do especialista. A relação com os EUA, continua Günther, depende de uma aproximação com o governo de Joe Biden, que tem como uma das principais bandeiras a mudança de matriz energética no mundo. Essa nova diretriz da Casa Branca vai de encontro à visão do governo Bolsonaro, apesar dos compromissos ambientais assumidos pelo presidente brasileiro na Cúpula do Clima.

“O comércio é diretamente atingido pelas políticas retrógradas na área de meio ambiente justamente porque as cadeias produtivas estão cada vez mais integradas e atreladas a políticas de sustentabilidade com a cobrança de consumidores mais conscientes. Além disso, os direitos humanos no Brasil são um problema recorrente que piorou no governo de Jair Bolsonaro. Tanto é que o nome dele já aparece em algumas denúncias junto ao Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade, em especial no que tange os povos indígenas”, acrescenta Günther Gros.

Ex-embaixador do Brasil nos

Evristo Sá/AFP



França: chanceler tem estilo pragmático, mas trabalho sofre limitações em razão da ideologia do Planalto

Estados Unidos, Rubens Barbosa acrescenta que o novo ministro segue as políticas impostas internamente pelo presidente Bolsonaro, mas notou uma atenuação de discurso. “Para uma mudança significativa, seria necessário esperar a eleição de 2022. França faz o que é possível para reconstruir relações, mas não pode ir contra as políticas de governo. A curto prazo, houve uma atenuação. Ele claramente reduziu os excessos”, acredita Barbosa.

Ele ressalta que os EUA e a China exercem uma forte pressão sobre decisões do Brasil em temas como a tecnologia 5G. Mas defende que o Brasil não deveria tomar partido, e sim buscar o resultado mais favorável. “Creio que França está ajudando o país a se tornar equidistante dos dois grupos. Para o 5G ser efetivado, o

Brasil precisa ter autonomia, não se encaixando em questões ideológicas ou geopolíticas”, observa.

Por fim, Barbosa destaca que na área ambiental, caso o governo não apresente evolução, vai enfrentar sérios problemas. “Os EUA já possuem legislação que possibilitam restrição de produtos brasileiros”, alerta.

O diplomata Paulo Roberto de Almeida vê mudanças importantes no Itamaraty. Segundo ele, na gestão de Ernesto Araújo, a política externa foi influenciada pelo bolsolavismo. “Foi um discurso de esquizofrenia diplomática. Com isso, o país ficou isolado. Com França, o país voltou às bases funcionais da diplomacia profissional na política externa e teve o restabelecimento da sensatez”, acredita. Almeida observa que é necessário estabelecer diá-

logo com Alemanha, França, Grã Bretanha, EUA e China, além dos países vizinhos.

O ex-chanceler Celso Amorim, que esteve à frente do Itamaraty de 2003 a 2010, afirma que Carlos França sofre limitações. “O novo ministro tem procurado aproximar um pouco da normalidade, mas ainda está longe. O Mercosul está sendo um desastre e vai ter consequências”. Amorim vê avanços tímidos. “França tirou um aspecto alucinatório da política externa, é um progresso. Não é culpa do ministro se ele está limitado pela situação política do Brasil. É difícil um país ter política externa positiva onde o líder usa palavras de baixo calão para falar da CPI, trata ministros do STF de maneira desrespeitosa. Isso destrói a nossa credibilidade”, conclui.